

FESTAS PÚBLICAS E PROCESSO COLONIZADOR: AS FESTAS DE COMEMORAÇÃO DA CONQUISTA DO TIBAGI NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Iris Kantor*

RESUMO:

O artigo trata das festas públicas da colônia e de como estas se tornaram fundamentais no processo de estabelecimento de elos de vassalagem entre a Coroa portuguesa e seus súditos coloniais. As festas públicas mobilizavam todas as esferas da vida política, material, religiosa e simbólica, apresentando-se como vetores importantes de reprodução e re-invenção do modelo societário ibérico em terras do além-mar. Durante as festividades, o exercício do mando à distância tornava-se mais eficaz, fazendo-se presente por intermédio das liturgias específicas do poder civil e do poder eclesiástico. Os festejos em comemoração à conquista do Tibagi, na capitania de São Paulo, na segunda metade do século XVIII, tornaram-se exemplos claros de como a vida festiva na colônia assumia configurações diversas, servindo, inclusive, para sedimentar os laços de solidariedade entre os indivíduos, ao tempo em que fixava e definia as hierarquias e distâncias entre os diferentes segmentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: *Brasil Colonial. Festas Públicas. Hierarquia Social. Sociabilidades.*

Não poucos estudiosos já observaram que as festividades do Antigo Regime constituem um “fato social total”, capaz de exprimir uma cultura

* Professora da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em História Social pela USP, com pós-doutorado pela Yale University, Estados Unidos. E-mail: ikantor@ig.cm.br.

civilizacional peculiar às sociedades pré-industriais (ÁVILLA, 1994; GUENÉE; LEHOUX, 1969). As festas públicas mobilizavam todas as esferas da vida política, material, religiosa e simbólica, apresentando-se como vetores importantes de reprodução e re-invenção do modelo societário ibérico em terras do alémmar. Momentos de trégua indecisa, de teatralização da ordem social e de dramatização das experiências vividas em comunidades que se viam como parte do Império português, mas, especialmente, como integrantes de um mundo católico.

As festas públicas eram reguladas tanto pelas leis canônicas, quanto pela legislação régia. No início do século XVI, D. Manuel I estabeleceu o dever das municipalidades de organizar e custear anualmente oito festas, entre as quais a mais importante era a procissão do *Corpus Christi*. Em cada vila ou freguesia, os moradores eram compelidos a participar das festas e atos litúrgicos, sendo obrigados a colaborar na limpeza das ruas, caiação das casas, ornamentação das ruas e janelas e colocação de luminárias nos dias que antecediam a realização dos festejos.¹ Simultaneamente sagrada e civil, universal e particular, a vida festiva na época colonial filtrava a passagem do Tempo, permitindo a elaboração da experiência vivida (esquecimento/memória), e estimulava a comunidade de fiéis e vassallos às projeções do que era almejado para o futuro (continuidade/ruptura).

Em decorrência da aliança entre os reis ibéricos e o Papado (instituição do Padroado), as festas coloniais deram lugar a diversos tipos de cooperação/enfrentamento entre segmentos do clero e do governo metropolitano, uma vez que cabia ao poder real providenciar o sustento financeiro e material das paróquias e dioceses em seus domínios ultramarinos. Daí a complexidade do processo colonizador, que envolveu diferentes interesses e projetos políticos, nem sempre compatíveis, como demonstram os decretos de expulsão dos Jesuítas em 3 de setembro de 1759. Era, justamente, durante as festividades que o exercício do mando à distância tornava-se mais eficaz, presentificando-se por intermédio das liturgias específicas do poder civil e do eclesiástico. Festejar era importante para estabelecer os elos de vassalagem entre o monarca e os seus súditos.

Por outro lado, num mundo movediço, marcado pela intensa mobilidade social horizontal (mais do que vertical), os colonos deparavam com a necessidade

¹ Aqueles que não cumprissem com os deveres festivos estavam sujeitos a multa e a prisão temporária. Cf. ALMEIDA, Candido Mendes de. *Código Philippino ou Ordenações e leis do reino de Portugal*. 14.ed., Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. Livro 1, capítulo LXVI, item 48, p. 152.

de sedimentar os laços primários ameaçados pela dispersão geográfica, desenraizamento social e instabilidade econômica (NOVAIS, 1997). Nesse ambiente, as procissões, festas e cerimônias públicas ajudavam a estabelecer os elos de solidariedade entre os indivíduos, fixando e definindo, ao mesmo tempo, as hierarquias e distâncias entre os diferentes segmentos sociais.

Em 1554, fundava-se o Colégio da Companhia de Jesus nos Campos de Piratininga. Posteriormente, em 1560, a Coroa elevava o arraial jesuítico à condição de Vila. Desde o seu início, os habitantes de “serra acima” tiveram uma vivência religiosa muito particular, marcada pelas práticas jesuíticas de catequização nos aldeamentos e nos colégios. As pregações eram realizadas com música, bailado e procissão. Nos colégios era comum o repique dos sinos, fogos de artifício, cavalhadas, teatro, atos públicos dos seminaristas, sermões, confissões e missa cantada. As procissões eram feitas com grande empenho cênico, aproximando-se das romarias portuguesas pelo aparato externo e exibição luxuosa. Eram quatro tipos de procissões: 1) as festivas ou *jubilares* (padroeiros, inauguração de igrejas e grandes festas); 2) as rogativas (epidemias, penitências, catástrofes naturais, pela saúde dos monarcas, expedições militares); 3) as *gratulatorias* (celebração de vitórias militares, como a vitória contra os Tamoios, que atacaram com 180 canoas os aldeamentos jesuíticos, episódio de que se originou a célebre Festa das Canoas; havia também as procissões em comemoração da chegada de relíquias ou recepção de autoridades nas vilas e povoações); 4) finalmente, as procissões de desagravo, realizadas em protesto contra alguma medida autoritária (LEITE, 1938, tomo II, p. 300-341).

Não poucas vezes, em sua correspondência ao monarca, os padres solicitaram ornamentos, panos para revestir os púlpitos de diversas cores, crucifixos dourados, campainhas, cálices de prata, vinho e farinha para hóstias. A falta de vinho e cera fez com que o monarca se comprometesse a remeter anualmente, a partir de 1575, três pipas de vinho da Madeira para missa e seis arrobas de cera por ano. Pedia-se também azeite de oliveira para a lâmpada do Santíssimo, e, desde 1568, tornou-se comum usar o azeite de baleia extraído localmente (LEITE, 1938, tomo II, p. 322).

As festas jesuíticas tiveram importante papel na catequização dos índios, promovendo a tradução simbólica entre a cultura européia e a cultura ameríndia.

Parte do processo colonizador consistia em estabelecer elos de continuidade entre Novo e Velho Mundo por intermédio da língua, da arte e da religião. Dessa experiência inédita surgiram movimentos culturalmente híbridos, como por exemplo o das santidades ameríndias (VAINFAS, 2001). Padre Anchieta escrevia seus autos teatrais em latim, português, castelhano e tupi, e, ainda, aproveitava as cantigas indígenas para compor os hinos e cânticos – que estão na origem das toadas melancólicas do Cururu e do Cateretê – que acompanhavam as danças para as festas de São Gonçalo, de Santa Cruz, de São João e de Nossa Senhora da Conceição (BRUNO, 1954, p. 421-437).

A vila de São Paulo de Piratininga estava situada na colina limitada pelos rios Tamanduaté e Anhangabaú. Sua posição planaltina transformou-a em centro, vértice de muitas rotas de penetração e comércio. As descobertas do ouro em Minas Gerais no início do século dezoito, a exploração da mineração em Goiás e Mato Grosso desde a década de 1720 e a defesa da fronteira sulina moldaram uma sensibilidade religiosa afeita aos costumes nativos e às tradições eminentemente sincréticas (HOLANDA, 1994, p. 19-135).

Os habitantes dos Campos de Piratininga constituíram, nos primeiros três séculos de colonização, uma sociedade diferenciada, marcada por intensos movimentos de população entre o planalto, o interior e o litoral. Os constantes deslocamentos dos bandeirantes em busca da mão-de-obra indígena e minérios configuraram uma religiosidade permeável e multifacetada. Ladainhas e orações eram invocadas para enfrentar doenças e medos que assombravam os viandantes nas trilhas e veredas não devassadas. Para aplacar as fomes realizavam-se, durante o percurso, novenas a Nossa Senhora da Conceição. Certas formas de devoção, individuais e coletivas, como as imagens em nó de pinho, as paulistinhas, transportadas no corpo ou colocadas em pequenos oratórios portáteis, asseguravam proteção espiritual aos que partiam pelos sertões incógnitos. A imagem de São Bento servia, freqüentemente, contra picadas de cobras venenosas. Os sertanistas também traziam consigo rezas escritas a punho do jesuíta Belchior Pontes, utilizadas contra as mordeduras de cobras (KOK, 2005).

Nos momentos mais perigosos de sua expedição à fronteira sulmatogrossense, o sargento-mor Teotônio José Juzarte oferecia um terço a

Nossa Senhora e entoava a ladainha de Todos os Santos. Durante as monções parava-se para festejar os santos padroeiros:

Desembarcada a gente da expedição, se acomodaram como puderam, e no dia treze de junho se festejou a Santo Antônio na tal capelinha conforme pode ser e permitia o estado do país; e em uma gamela de pau se batizaram cinco crianças que nasceram pela viagem; acabou-se a festa e cada um pasmava qual seria o seu quartel, o que havia de estabelecer [...].²

Antes da partida das monções, os párocos benziam as canoas e os viandantes se confessavam. A colocação das cruzes e a construção de ermidas e capelas ao longo dos caminhos sacralizavam o espaço palmilhado. A toponímia cristã ia definindo a conquista espiritual através do batismo do território.

Não só as travessias dificultosas em cachoeiras bravias eram comemoradas com festas, salvas de morteiros e sonoras algazarras de tambores e outros instrumentos musicais, mas também as partidas e chegadas das autoridades civis e eclesiásticas mereciam grandes festejos e colocação de luminárias em todas as casas. Nas expedições dos governadores aos sertões da Capitania, as autoridades metropolitanas interrompiam o percurso para celebrar com pompa e circunstância os nascimentos, casamentos e exéquias de membros da família real (SOUZA, 1997). Na jornada a Minas Gerais do governador D. Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, foi encontrada pelos pescadores (incumbidos de oferecer peixes à comitiva) a imagem de Nossa Senhora de Aparecida no rio Paraíba, próximo ao porto de Itaguaçu (Guaratinguetá), em 1717 (CAMARGO, 1953, v. 3, p. 215).

Com efeito, durante os primeiros séculos de colonização, as vilas e cidades só tinham existência nos ciclos festivos do Natal, Semana Santa e *Corpus Christi*, quando os habitantes afluíam aos centros urbanos para assistir às solenidades religiosas e festejos reais organizados pelos Senados das Câmaras. A respeito da pobreza dos habitantes de Piratininga durante o século XVII, escreveu o jesuíta Justo Mansilla, associando a miséria da vila de São Paulo de Piratininga à constante ausência dos habitantes: “porque fuera las 3 ó 4 principales fiestas, muy pocos, ó hombres ó mujeres estan en ellas; si no siempre ó en sus herdades ó por los bosques y campos, en busca de Indios, en que gastan su vida” (Cf. HOLANDA, 1936, p. 57-58).

² Teotônio José Juzarte. *Diário de navegação*. Editado por J. S. de Souza e M. Makino, São Paulo: Edusp; Imesp, 2000. p. 76.

A vida urbana passou a ser mais intensa com a instituição da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro em 1709 – que incluía a capitania de Minas Gerais até 1720, quando houve a separação definitiva entre as duas Capitanias. Em 1711, a vila foi elevada à condição de Cidade, consolidando sua posição como centro político e administrativo de toda a Capitania de São Paulo. Em 1715, o rei D. João V concedia aos vereadores o privilégio de cidadãos do Porto, ou seja, o *status* de cavaleiros, com isenções militares e regalias especiais, além da autorização para uso de espada à cinta e outras insígnias durante as festividades (TAUNAY, 1949, v. 35, p. 61-69).

Em 22 de abril de 1745, o papa Benedito XIV instituiu o bispado de São Paulo. Mas o primeiro bispo, D. Bernardo Nogueira da Cruz, assumiria sua prelazia somente em 1748. Curiosamente, a posse da autoridade episcopal coincidiu com a decisão de extinguir o cargo de governador da Capitania de São Paulo, a qual foi então anexada ao governo do Rio de Janeiro, comandado pelo capitão general e governador Gomes Freire de Andrade. Na perspectiva da Coroa portuguesa, o comando político centralizado favorecia a defesa militar da fronteira sulina, que entraria em processo de demarcação logo após a assinatura do Tratado de Madri (1750) com a Coroa espanhola.

Para comemorar a chegada do novo prelado, o Senado da Câmara lançou edital para organizar a entrada solene, convocando os mercadores e taverneiros para custear a construção dos arcos triunfais no trajeto até a Igreja de São Bento (pois a construção da Catedral ainda não havia sido concluída). Os moradores deveriam pôr luminárias nas três noites seguintes à entrada pública. As quitandeiras estavam intimadas a cobrir as ruas com folhas aromáticas. Os vereadores também eram convocados a receber o bispo num sítio que ficava no Caminho do Mar, o qual, aliás, foi especialmente restaurado para a solenidade de investidura episcopal (CAMARGO, 1953, v. 4, p. 3-44). Por vezes, as exigências cerimoniais podiam impedir a participação de vereadores que não possuíssem o vestuário adequado, como aconteceu com o capitão Estêvão de Abreu, cujas despesas com os trajes foram custeadas pela Câmara (TAUNAY, 1949, v. 35, p. 219).

O primeiro bispo de São Paulo governou apenas 1 ano, 11 meses e 29 dias, falecendo no dia 7 de novembro de 1748. Sua morte trouxe um novo prelado à diocese paulista: D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão – cujas solenidades de posse foram realizadas pelo Senado da Câmara em 28 de junho

de 1751, apesar do luto oficial pela morte do monarca D. João V, ocorrida no ano anterior. Um ano após a posse, o bispado inaugurou a Catedral, organizando uma grande procissão nas festividades de São Pedro, em que se trasladou o Santíssimo Sacramento com muita pompa.³

A criação do bispado demandava um novo equilíbrio entre os poderes civis e eclesiásticos. A presença do bispo alterava costumes arraigados, como o controle, por parte da Câmara e dos ouvidores, das licenças dadas aos mestres-capela para executar suas músicas durante os festejos públicos e ofícios divinos. Após a fundação do bispado, tal competência passou a ser reivindicada pelo bispo como exclusivamente sua, como era natural. Entretanto, a situação criou inúmeros embaraços, a ponto de os próprios músicos se absterem de participar dos ofícios litúrgicos por temerem as reações hostis do ouvidor em exercício, conforme reclamou o bispo em sua correspondência dirigida ao Rei (CAMARGO, 1953, v. 4, p. 98; ZANON, 1999).

Cerca de um ano após o grande Terremoto que assolou Lisboa em 1 de novembro de 1755, o bispo convocou todos os párocos da Diocese para fazer procissão em devoção a São Francisco de Borja em 10 de outubro, dia de sua festa. O santo era patrono dos jesuítas e protetor contra alterações sísmicas. O monarca reforçaria essa determinação, ordenando que as procissões também fossem feitas no dia 1 de novembro com o patrocínio das câmaras municipais. Alguns anos mais tarde, o protetor contra os terremotos foi alvo da feroz campanha anti-jesuítica movida pelo marquês de Pombal. Não cabe aqui detalhar as razões geopolíticas que levaram a Coroa a decretar a expulsão dos jesuítas do Império português (principalmente a resistência dos padres ao processo de demarcação do Tratado de Madri), mas o fato é que o segundo bispo de São Paulo reagiu contra as diretrizes pombalinas. O Seminário Episcopal, localizado junto ao Colégio de Jesus, onde estudavam 23 alunos na época da expulsão da Companhia, foi fechado. Ao longo desse processo o bispo manteve-se ao lado dos jesuítas, permitindo que eles exercessem suas funções sagradas, o que o tornou protetor dos padres expulsos (CAMARGO, 1953, v. 4, p. 119-137). D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão faleceu em 19 de março de 1764. O terceiro bispo da diocese paulista, D. Frei Manuel da Ressurreição, tomou posse em 1772.

Nesse período de oito anos de vacância no governo da diocese, a Coroa restaurou a autonomia política e militar da Capitania, nomeando para o cargo

³ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, XIII, p. 264.

de capitão general e governador D. Luís Botelho de Sousa Mourão, também conhecido como Morgado de Mateus. Em 1766, em sua correspondência ao poderoso marquês de Pombal, o governador observava o papel das festividades na dinamização da vida urbana na Capitania:

algumas vilas são povoações muito pequenas, os mesmos moradores que nela se conservam são os que têm sítio mais perto, porque os que os têm longe só acodem à vila pelas festas do ano, ou em solenidades maiores, fora destes casos vão seguindo o mato virgem[...].⁴

Em 1765, a capitania de São Paulo tinha uma cidade e dezoito vilas, divididas em trinta e oito freguesias e nove aldeias de índios. A cidade contava com cerca de 3.838 habitantes, entre os quais 26 mercadores, 10 vendedores, 3 boticários, 13 alfaiates, 11 carpinteiros, 8 sapateiros, 5 cabeleireiros, 3 ourives, 3 pintores, 2 pedreiros, 2 ferreiros, 2 mineiros, 2 cuteleiros, 1 cerieiro. Em 1769, havia quarenta e cinco paróquias; em 1777, eram registradas cinquenta e nove, onde atuavam 137 sacerdotes diocesanos (LUSTOSA, 1977).

Progressivamente, a cidade deixara de ser um arraial de sertanistas e passava a ganhar ares de civilidade e urbanidade. A partir de meados do século XVIII, a programação das festas públicas incluía a exibição de torneios eqüestres, cavalcadas, tauromaquias, além da encenação de comédias e óperas (SANTANA, 1958; MARX, 1989; FREITAS, 1985).

Uma das principais atribuições do novo governador era militarizar e urbanizar a capitania, promovendo o povoamento, a urbanização e o recrutamento militar da população (BELLOTTO, 1979). Logo que chegou à cidade, estabeleceu-se no Pátio do Colégio, que passou a ser chamado de Largo do Palácio. A memória e os símbolos da presença inaciana deveriam ser substituídos pela presença do Estado português.

Um dos grandes empenhos do novo governador foi a fundação de uma povoação-presídio em Iguatemi, na fronteira entre Mato Grosso e Paraguai espanhol, em 1767, com o objetivo estratégico de impedir o avanço castelhano em terras sob domínio português. A primeira expedição para o Iguatemi partiu do porto de Ararituaba, em 26 de julho, com trezentos e trinta soldados recrutados à força, em vinte e seis canoas. Uma segunda expedição foi comandada por Teotônio José Juzarte em 1769, levando consigo 800 pessoas em 36 canoas. A conquista dessa região fazia parte dos planos do

⁴ Cf. BELLOTTO (1979, p. 173).

governador de deslocar a atenção das tropas castelhanas da fronteira sulina para a fronteira oeste. No entanto, tal estratégia foi, posteriormente, criticada pela Coroa (BELLOTTO, 1979, p. 265-294).

No *front* interno da capitania, o governador também propunha desviar a atenção dos paulistas promovendo uma grande festa para comemorar, simultaneamente, o aniversário do Príncipe da Beira (D. José), a conquista do Tibagi, a entronização da imagem de Nossa Senhora de Santana em novo altar no seu Palácio (o antigo Colégio da Companhia) e a consagração da ermida da Luz a Nossa Senhora dos Prazeres (padroeira de devoção de sua família em Portugal).⁵ Entre 19 e 25 de agosto de 1770, foram realizadas as festividades que marcavam a refundação política da capitania de São Paulo. A descrição dos festejos consta do panegírico manuscrito transcrito e comentado por Yêdda Dias Lima (1973), pertencente ao acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo: *Relação das Festas Públicas que na Cidade de São Paulo fez o ilustríssimo, e excelentíssimo senhor D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, no dia 19 de agosto, dia de São Joaquim, dia 21 para comemorar o aniversário de D. José príncipe da Beira, o dia de São Luiz e a Conquista do Tibagi.*

A colocação da imagem de Nossa Senhora de Santana vinha bem a calhar, uma vez que, com a expulsão dos jesuítas e o fechamento dos Colégios, era necessário remediar o enorme vácuo educacional deixado e promover uma nova política de ensino entre os habitantes. O governador justificava a promoção de tão faustosas festividades alegando que o achamento da Santana se devia a um sonho, o qual revelara que uma caixa com a imagem estaria depositada num desvão do Palácio. Tal como José, filho de Jacó, o governador prognosticava com o sonho a futura prosperidade econômica da sua capitania.

Nos três dias que antecederam o início das festividades, mascarados e músicos saíram pelas ruas em carros alegóricos iluminados, levando cartéis alusivos à fábula de Tírsias (o adivinho⁶), em que eram anunciados o fim do tempo de fome e o início do tempo de abundância na Capitania:

Guerras, fomes e nem necessidades sentireis, haverão prosperidades. Muito arroz haverá, muito feijão: tudo quanto plantarem colherão, minha grande sciencia prognostica, muito milho haverá para cangica, e com ele serão muito bem cevados, perus, patos, galinhas e capados, e por isso também vos adivinho, que haverá muito lombo e mais toucinho (apud CASTELLO, 1969, p. 67).

⁵ Cf. Torrão Filho (2004, p. 241-247).

⁶ Figura da mitologia grega que prognosticou o destino de Édipo.

No segundo dia, os estudantes do novo curso de Filosofia e Teologia saíram pelas ruas da cidade fazendo folias à moda africana. Na véspera das comemorações, houve um espetáculo de fogos de artifício de mais de três horas em frente do Largo do Palácio (Pátio do Colégio), que havia sido cuidadosamente iluminado e decorado com papéis pintados.

No domingo, iniciavam-se oficialmente as comemorações com uma missa pela manhã, e, à tarde, uma procissão com todas as bandeiras das Irmandades, os religiosos de São Bento, São Francisco e Carmo e o Cabido. Em andores levaram-se as imagens de São José e São Joaquim e Santana, acompanhados de querubins adornados com jóias e ricamente vestidos. Fechando a procissão ia exposto o Santíssimo Sacramento, seguro pelo vigário capitular sob o Pálio. Em seguida, vinham o governador, os vereadores da Câmara, as Companhias de Infantaria. A procissão girou pelas principais ruas da cidade até o anoitecer, quando repicaram os sinos e deram-se as salvas de morteiros. À noite, apresentou-se um coro de músicos e uma ópera com músicos provenientes de lugares distantes da Capitania e de Minas Gerais.

Na segunda-feira, ao redor do terreiro do Colégio, construíram-se muitos palanques de madeira adornados de sedas, de onde podiam ser vistas as cavalhadas e jogos eqüestres, como escaramuças, canas, carreiras, argolinhas, corrida de patos e pombos. Houve ainda bailes sérios e burlescos, com apresentação de figuras de pássaros a cavalo que fugiam com um tiro de um caçador.

Na terça-feira, o governador ofereceu um jantar para cento e doze convidados e recebeu o beija-mão em comemoração ao aniversário do príncipe da Beira. Após o jantar encenou-se uma Ópera, na qual Marte disputava com Minerva. Na mesma noite, representou-se uma comédia de Metastásio intitulada *Mais vale amor que um Reino*; para terminar houve bailes e entremeses até as três da manhã.

Na quarta-feira à tarde, houve novamente cavalhadas com escaramuças, carreiras, jogos de canas, argolinhas. Na quinta-feira, os mascarados se apresentaram na rua. À noite houve Teatro e foram distribuídos bilhetes para ver a apresentação de uma sinfonia. Uma companhia de teatro apresentou a comédia *Vencer traições com enganos e disfarçar no querer*.

Na sexta-feira, os cavaleiros de Santana do Parnaíba entraram na Praça logo de manhã cedo com armas e outros instrumentos bélicos para competir

com os cavaleiros da cidade. No sábado, realizou-se uma Academia erudita no Pátio do Colégio, onde foram recitadas 68 obras poéticas em português, 59 em latim, 6 em espanhol, uma em italiano, uma em francês e uma em língua de caboclo. No último dia do grande ciclo de festividades, houve mais cavalcadas e encenação teatral feita na casa de Ópera.

A posse do terceiro bispo, D. Frei Manuel da Ressurreição, em 1774, criou um conflito imediato. O novo prelado reivindicava a desocupação do Colégio dos Jesuítas. O edifício servia de residência, mas também era sede da secretaria de governo e do Corpo de Guarda. As tensões se acirraram com a interferência do governador na nomeação dos párocos dos antigos aldeamentos. O bispo chegou a proibir a execução de músicas compostas pelo governador nas festividades eclesiásticas. Enfim, o relacionamento entre os poderes civis e religiosos sempre foi tenso, demandando a arbitragem do monarca, que de modo geral procurava preservar os interesses da Coroa, embora fosse também o zelador da evangelização nas colônias.

PUBLIC FESTIVALS AND COLONIZATION PROCESS: CELEBRATIONS OF THE CONQUEST OF TIBAGI IN LATE EIGHTEENTH CENTURY

ABSTRACT:

The article deals with the public festivals at the Colony and how they became essential in the process of establishing ties of vassalage between the Portuguese Crown and their colonial subjects. The public festivals mobilized all circuits of political, material, religious and symbolical life, being important factors of reproduction and reinvention of the Iberian model of society in lands beyond the Atlantic Ocean. During the festivities, the practice of long distance authority was more efficient, through specific liturgies of civil and ecclesiastic power. The celebrations of the conquest of Tibagi, in the province of Sao Paulo, in late 18th Century, were clear examples of how the festive life at the Colony assumed many conformations, being even used to enforce the ties of solidarity between individuals, while establishing and defining the hierarchies and distance between different social segments.

KEY-WORDS: *Brazil Colony. Public Festivals. Sociability. Social Hierarchy.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILLA, A. **O lúdico e as projeções do mundo barroco**. 2 v. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BELLOTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

BRUNO, E. da S. **História e tradições da cidade de São Paulo**. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

CAMARGO, P. F. da S. **A Igreja na História de São Paulo**. v. 2, 3 e 4. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1953.

CASTELLO, A. J. **O movimento academicista no Brasil**. v. 3, t. 4. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

FREITAS, A. de. **Tradições e reminiscências paulistanas**. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia, 1985.

GUENÉE, B.; LEHOUX, F. **Les entrées royales françaises de 1328 à 1515**. Paris: CNRS, 1969.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 [1956].

_____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

KOK, M. da G. P. **“O sertão itinerante”**: expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII. São Paulo: Hucitec, 2005.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus**. t. II e IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

LIMA, Y. D. **O festejo público de 1770 em São Paulo**. Edição diplomática, com estudo crítico e vocabulário. Aix-en-Provence [França]: Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade da Provença, 1973.

LUSTOSA, O. de F. A Situação religiosa da capitania de São Paulo na palavra de seu bispo D. Frei Manuel da Ressureição (1777). **Revista de História**, v. LII, 1977.

MARX, M. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 1989.

NOVAIS, F. Condições de privacidade na colônia. In: _____ (Dir.). **História da vida privada no Brasil**. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 13-41.

SANTANA, N. **Festas religiosas e profanas: ensaios paulistas**. São Paulo: Editora Anhembi, 1958.

SOUZA, L. de M. e. Formas provisórias de existência nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, F. (Dir.). **História da vida privada no Brasil**. v. 1. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p. 41-81.

TAUNAY, A. E. **História da cidade de São Paulo no século XVIII**. v. 35 e 36. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1949.

TORRÃO FILHO, A. **Paradigma do caos ou cidade da conversão: a cidade colonial na América portuguesa e o caso de São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História. Campinas, 2004.

VAINFAS, R. Da festa tupinambá ao sabá tropical: a catequese pelo avesso. In: JANCSÓ, I; KANTOR, I. **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec; Edusp; Imesp, 2001. p. 215-227.

ZANON, D. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História. Campinas, 1999.